



**Prefeitura Municipal de Pirassununga**  
**Estado de São Paulo**  
Secretaria Municipal de Governo

OFÍCIO Nº 155/2025/GOV

Pirassununga, 13 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Wallace Ananias de Freitas Bruno  
Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga  
Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662  
Pirassununga – SP

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 5.999, de 13 de setembro de 2022.

**Referência:** Protocolo nº 6304/2025.

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 2º da Lei nº 5.999/2022, que institui o Programa Permanente de Regularização de Débitos no Município de Pirassununga.

A propositura tem por finalidade ampliar o prazo máximo de parcelamento e ajustar o valor mínimo das parcelas mensais, de forma a adequar o Programa às condições socioeconômicas atuais e ampliar o alcance da política de regularização fiscal.

Ressaltamos que o Projeto de Lei é encaminhado em regime de urgência, nos termos do art. 36 da Lei Orgânica do Município, considerando sua relevância para a gestão fiscal e financeira do Município.

Atenciosamente,

**FERNANDO LUBRECHET**  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

## – PROJETO DE LEI Nº /2025 –

*“Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 2º da Lei nº 5.999, de 13 de setembro de 2022, que institui o Programa Permanente de Regularização de Débitos no Município de Pirassununga, e dá outras providências.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:**

Art. 1º Os §§ 1º e 3º do art. 2º da Lei nº 5.999/2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º .....**

**§ 1º O débito consolidado poderá ser dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas.**

**§ 2º .....**

**§ 3º O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 50,68 (cinquenta reais e sessenta e oito centavos) para pessoa física e R\$ 63,36 (sessenta e três reais e trinta e seis centavos) para pessoa jurídica.**

**§ 4º .....”(NR)**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pirassununga, 13 de novembro de 2025.

**FERNANDO LUBRECHET**

**Prefeito Municipal**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

## **– JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI –**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação desta Casa de Leis o presente Projeto de Lei, que altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 2º da Lei nº 5.999, de 13 de setembro de 2022, a qual institui o Programa Permanente de Regularização de Débitos no Município de Pirassununga.

A proposta tem por objetivo ampliar o prazo máximo de parcelamento de 24 (vinte e quatro) para 36 (trinta e seis) meses e ajustar o valor mínimo das parcelas mensais, adequando os parâmetros do Programa à atual realidade socioeconômica do Município.

Desde sua instituição, o Programa Permanente de Regularização de Débitos tem se mostrado um importante instrumento de recuperação de receitas e de incentivo à adimplência fiscal. Entretanto, verificou-se que o prazo atual de parcelamento e o valor mínimo das parcelas vêm representando obstáculos à adesão de contribuintes com menor capacidade financeira.

Os dados levantados pela Seção de Dívida Ativa demonstram a boa receptividade do Programa: entre 2022 e 2025, foram firmados mais de 5 mil parcelamentos, resultando em arrecadação superior a R\$ 6 milhões. Esses números evidenciam o interesse da população em regularizar suas pendências, mas também revelam a necessidade de ajuste nos critérios de parcelamento, de forma a ampliar o alcance e a efetividade da política de regularização fiscal.

Foram indicados os valores em reais para a alteração do § 3º do art. 2º com o intuito de promover a atratividade da adesão ao parcelamento, considerando parâmetros técnicos já utilizados em programas municipais de regularização fiscal. Os valores definidos correspondem a 12 (doze) UFM para pessoa física e 15 (quinze) UFM para pessoa jurídica, tendo em vista que a UFM (Unidade Fiscal Municipal) de 2025 corresponde ao valor de R\$ 4,2241.

A ampliação do prazo de parcelamento e a redução do valor mínimo das parcelas não configuram renúncia de receita, mas sim um reordenamento do fluxo de arrecadação, estimulando a quitação de débitos e favorecendo a inclusão de contribuintes de baixa renda e microempreendedores locais.

A medida está em conformidade com os princípios da eficiência administrativa, justiça fiscal e capacidade contributiva, previstos na Constituição Federal e no Código Tributário Municipal, reforçando o caráter permanente e social do Programa.

Diante da urgência e relevância da matéria, e considerando tratar-se de medida de reconhecido interesse público e relevante contribuição à gestão fiscal e financeira do Município, solicitamos a aprovação da presente proposição em regime de urgência, nos termos do art. 36 da Lei Orgânica do Município.

Pirassununga, 13 de novembro de 2025.

**FERNANDO LUBRECHET**  
**Prefeito Municipal**

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA</b> <b>Série Histórica REFIS</b>				
<b>Ano</b>	<b>Lei/ vigência</b>	<b>Valor Parcelado</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>Parcelamentos realizados</b>
2021	5.663/2021 03/03/2021 a 26/11/2021	R\$ 2.246.194,16	R\$1.371.172,30	942
2022	5.999/2022 13/10/2022 a 23/11/2023 <b>Parcelamento Permanente</b> Obs.: 2022 não houve REFIS	R6.248.224,19	R\$ 3.772.557,40	2439
2023	6.238/2023 24/11/2023 a 15/01/2024	R\$ 1.426.136,44	R\$ 1.087.615,20	601
2024	6.460/2024 13/11/2024 a 15/01/2025	R\$ 1.617.514,64	R\$ 1.212.020,70	455
2024	5.999/2022 <b>Parcelamento Permanente</b> intervalo REFIS 16/01/2024 a 12/11/2024	R\$3.162.601,76	R\$1.658.589,10	1106
2025	5.999/2022 <b>Parcelamento Permanente</b>	R\$ 4.760.738,70	R\$1.084.556,10	1449